

Implicações, benefícios e oportunidades para a implementação do Código de Catalogação Resource Description and Access (RDA)

Surama Maria Oliveira Andrade
surama.andrade@icsa.ufpa.br

Franciele Marques Redigolo
marques.redigolo@unesp.br

Ediane Maria Gheno
edianeghen@ufpa.br

Recebido em: 17/02/26
Aceito em: 15/04/26

Resumo

O artigo analisa as implicações, os benefícios e as oportunidades para a implementação do código de catalogação *Resource Description and Access* nos processos de representação da informação, bem como compreende a consolidação histórica da catalogação e seu papel no cenário contemporâneo. Trata-se de uma revisão de literatura realizada na base *SciELO*, período de 1996 a 2025. Os estudos estão voltados à aplicação prática do código, além de discussões teóricas sobre sua estrutura, vantagens e limitações. Constatou-se que a implementação do RDA é um processo gradual, que envolve desafios como a adaptação de sistemas informatizados, a compreensão do modelo entidade-relação e a necessidade de capacitação contínua dos catalogadores. Por outro lado, foram identificados benefícios, como maior precisão descritiva, interoperabilidade e alinhamento com a web semântica. Apesar da literatura apresentar avanços significativos no entendimento do RDA, ainda existem lacunas em temas como sua origem, metodologias de ensino e comparações com códigos anteriores. O estudo evidencia que a catalogação permanece em constante reconstrução, equilibrando tradição e inovação para atender às demandas da era digital, e aponta a necessidade de novas pesquisas que aprofundem dimensões históricas, tecnológicas e pedagógicas sobre a implementação do RDA.

Palavras-chave: organização da informação; catalogação; Anglo-American Cataloging Rules; Resource Description and Access.

1 INTRODUÇÃO

A catalogação se estabeleceu como uma prática essencial na organização e na recuperação da informação ao longo da história. Desde os primeiros códigos para organização da informação, como os de Panizzi e Cutter, que estabeleceram princípios básicos para estruturação dos catálogos, até o desenvolvimento de normas amplamente difundidas como o AACR e o AACR2, observa-se um contínuo esforço pela padronização, consistência e acessibilidade dos registros bibliográficos. A atuação de organizações internacionais, especialmente a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), exerceu

um papel determinante ao estabelecer modelos como o ISBD, que influenciaram diretamente a elaboração e atualização dos códigos catalográficos.

As mudanças tecnológicas dos processos de organização e de representação da informação tornaram-se mais expressivas com a digitalização das informações. Desse modo, a emergência de novos formatos documentais, evidenciaram limitações significativas dos instrumentos concebidos para os documentos impressos.

Nesse contexto, com a mudança para o meio tecnológico, surgiu a demanda de um código que atendesse a nova era digital. Com o surgimento do *Resource Description and Access* (RDA), em 2010, fundamentado nos modelos conceituais *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD) – posteriormente reunidos no *Library Reference Model* (LRM) – e alinhado à lógica de dados interligados, o RDA representa não apenas uma atualização normativa, mas uma reconfiguração teórico-metodológica da catalogação, ao introduzir a noção de entidades, atributos e relacionamentos de forma mais robusta e flexível.

Diante desse cenário, compreender o percurso histórico da catalogação e os desafios contemporâneos para implementação do RDA nas bibliotecas e nas unidades de informação torna-se fundamental para avaliar as mudanças em curso e identificar as implicações desse novo paradigma nos processos de representação da informação.

Nesse contexto, questionou-se como a implementação do padrão do RDA tem sido realizada nas bibliotecas e nas unidades de informação e quais são as principais situações bem-sucedidas e os desafios enfrentados durante esse processo? Por isso, este estudo tem como objetivo avaliar, por meio de revisão de literatura, as implicações, os benefícios e as oportunidades para implementação do código de catalogação *Resource Description and Access* (RDA) nos processos de representação da informação. Os objetivos específicos foram: a) elaborar um panorama da produção científica sobre RDA (identificando tendências temporais, autoria, objetivos e métodos); b) identificar como o RDA é abordado nas produções científicas; c) identificar os desafios, os benefícios e as oportunidades de implementação do RDA para a melhoria da catalogação em bibliotecas e unidades de informação.

Por meio de uma revisão de literatura, o presente estudo busca contribuir com evidências sobre os desafios e as possibilidades na aplicação do RDA nas bibliotecas e nas unidades de informação, bem como nos processos de ensino e aprendizagem nos cursos de biblioteconomia.

2 CONSOLIDAÇÃO DA CATALOGAÇÃO

A catalogação consiste na representação do item e de suas características, bem como de conhecimentos do perfil dos usuários (Mey, 1995). A catalogação se consolidou historicamente como um dos principais instrumentos da organização da informação, sendo responsável por normatizar a descrição bibliográfica e possibilitar a recuperação eficiente dos registros em bibliotecas e unidades de informação. Desde os primeiros catálogos manuais até os sistemas informatizados contemporâneos, o objetivo central da catalogação sempre foi o de assegurar consistência, padronização e acessibilidade às informações, permitindo que diferentes usuários localizem e utilizem os recursos informacionais de forma ágil e precisa.

A prática catalográfica passou por diversas transformações ao longo dos anos. No século XIX, destacaram-se os códigos de Panizzi, referência em organização e catalogação de bibliotecas. Apesar de o referido bibliotecário não ser o primeiro a desenvolver catálogos, foi, segundo Marinho (2010), o primeiro a reconhecer a importância de distinguir as obras para sua recuperação e utilização.

Já as regras de Cutter, para representação da informação, forneceram os primeiros princípios sistematizados para a elaboração de catálogos:

[...] não elaborou apenas um código de catalogação: sua obra é na verdade uma declaração de princípios. As regras são entremeadas com os porquês das

soluções e com observações diversas, às vezes irônicas. De fácil leitura, constitui um código muito completo, incluindo a catalogação de assuntos e de materiais especiais, normas de transliteração e elaboração de catálogos auxiliares (Mey; Silveira, 2009, p. 71).

No século XX, com a ampliação do volume de publicações e a necessidade de maior padronização, foram elaborados códigos mais abrangentes. O *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR), publicado em 1967, e sua segunda edição, o AACR2, de 1978 (revisto em 1988 e atualizado em 2002), constituíram-se como referências internacionais de catalogação (Ribeiro, 2018).

O AACR2 foi amplamente adotado em bibliotecas do mundo inteiro, inclusive no Brasil, proporcionando regras claras para a descrição de diferentes tipos de materiais (Ribeiro, 2018). Sua consolidação refletiu um esforço coletivo de harmonização das práticas bibliotecárias, permitindo maior consistência nos catálogos e facilitando o intercâmbio de registros bibliográficos entre instituições.

Nesse período, outro elemento decisivo para a consolidação da catalogação foi a atuação de organismos internacionais, em especial a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA). A IFLA desempenhou papel central no debate sobre a padronização da descrição bibliográfica, tendo desenvolvido o *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), que se tornou um modelo internacional de referência, e “[...] desde que o AACR2 abriu caminho ao incorporar esse padrão internacional nos códigos de catalogação, todos os códigos de catalogação no mundo (existentes ou em desenvolvimento) passaram a utilizar os ISBDs como base para suas regras de descrição” (Gorman e Oddy, 1997, p. 7, tradução nossa).

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, e, especialmente no início do século XXI, a consolidação alcançada pelo AACR2 e pelo ISBD, “com a evolução tecnológica e a presença cada vez maior das obras digitais e seus recursos multimídias, o AACR2 não atende de forma eficaz” (Shintaku; Freitas, 2023, p. 2).

Os instrumentos concebidos em um contexto impresso mostraram-se insuficientes para dar conta da diversidade de novos suportes documentais, tais como recursos eletrônicos, bases digitais, objetos multimídia e documentos em rede (Machado, 2020).

Nesse contexto de mudanças tecnológicas e informacionais, a catalogação enfrentou um novo desafio: adaptar-se ao ambiente digital e às exigências da web semântica. O surgimento do RDA representou uma resposta a essa demanda e “[...] foi projetado para descrever dados de recursos tradicionais e atuais, ou seja, corresponde à descrição de recursos impressos ou digitais” (Machado, 2020, p. 47), trazendo consigo não apenas uma atualização das regras catalográficas, mas uma reconfiguração conceitual da prática.

O RDA fundamenta-se em modelos conceituais como o *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), o *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD) (Oliver, 2011), porém esses modelos conceituais da família FR foram sintetizados em um único documento no *Library Reference Model* (LRM) (Shintaku; Freitas, 2023) e introduzem a noção de entidades, atributos e relacionamentos, aproximando a catalogação da lógica de dados interligados (*Linked Data*).

Assim, a consolidação da catalogação deve ser entendida como um processo dinâmico e em constante reconstrução. Se, por um lado, os códigos clássicos como o AACR2 e o ISBD foram fundamentais para estruturar a prática catalográfica no século XX, por outro, as demandas do século XXI exigiram novas soluções, capazes de lidar com a complexidade da informação digital e com a necessidade de interoperabilidade global. Essa trajetória demonstra que a catalogação não é estática, mas um campo que se reinventa continuamente, preservando seus princípios fundacionais de consistência e padronização, ao mesmo tempo em que se adapta a novas realidades tecnológicas e sociais.

Esta consolidação ocorreu também pela sua institucionalização como prática acadêmica e profissional. A formação de bibliotecários passou a incluir disciplinas específicas de catalogação e as bibliotecas incorporaram rotinas padronizadas que, ao longo do tempo, deram origem a catálogos coletivos e a bases de dados de alcance internacional. Em suma, a consolidação da catalogação está marcada tanto pela estabilidade quanto pela mudança, prepara o terreno para compreender o RDA como marco de transição rumo a uma catalogação mais flexível, relacional e alinhada com os desafios da era digital.

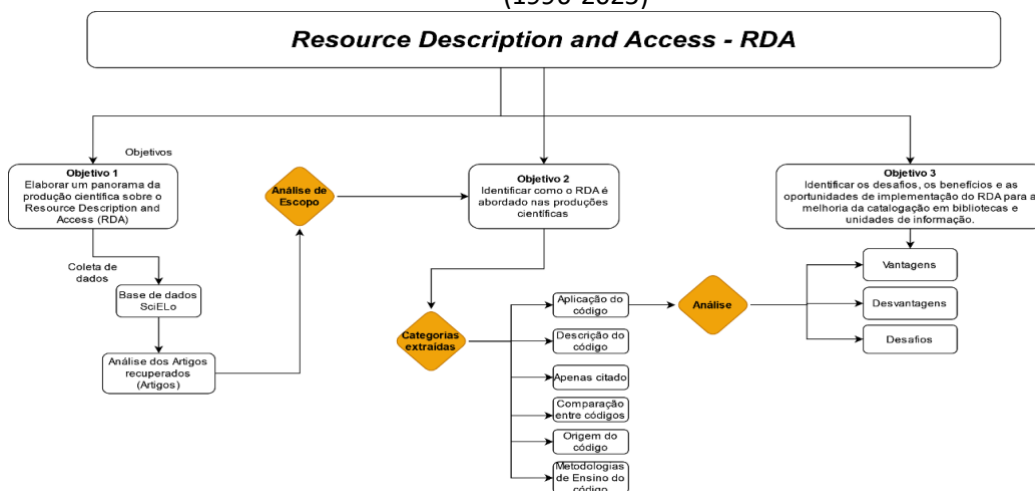
3 METODOLOGIA

Aplicou-se o método de Revisão de Literatura com o objetivo de avaliar as implicações, os benefícios e as oportunidades para implementação do código de catalogação *Resource Description and Access* (RDA) nos processos de representação da informação (catalogação). Como conceitua Galvão e Ricarte (2020, p. 58), a Revisão de Literatura “[...] compreende todos os trabalhos publicados que oferecem um exame da literatura abrangendo assuntos específicos”. Esse procedimento não se restringe apenas a reunir referências, mas implica em selecionar, analisar criticamente e sintetizar o conhecimento existente, de modo a oferecer uma visão ampla e consistente sobre o assunto investigado.

A busca bibliográfica sobre o RDA foi realizada na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), via Coleção *SciELO Citation Index* da *Web of Science*, pelo Portal de Periódicos da CAPES. Utilizou-se a seguinte expressão de busca: (TS=("Resource Description and Access" OR "Descrição e Acesso ao Recurso" OR RDA)) AND TS=(Cataloguing OR Catalogação). Filtros utilizados: i) tipologia de documento selecionado: artigos; ii) período: 1996 (ano de criação da base) a 2025. Não foram consideradas as demais tipologias de documentos. Foram recuperados 24 artigos. Após a extração, os artigos foram analisados na íntegra a fim de identificar se a abordagem contemplava diretamente o tema em análise (RDA), bem como se havia duplicados, Figura 1. Não havendo, o número de análise permaneceu o mesmo.

Primeiramente, foi elaborado um panorama da produção científica sobre RDA com descrição do ano, autoria, objetivos, resultados e métodos. Posteriormente, foi identificado como o RDA é abordado nas produções científicas. Nessa etapa, foi possível designar seis categorizações temáticas: 1) Aplicação do código RDA (descreve situações de aplicação do código); 2) Descrição do código RDA (contextualiza o código como ferramenta teórico-metodológica); 3) RDA foi apenas citado no periódico (menciona o RDA como apoio ou referência em discussões mais amplas); 4) Comparação entre códigos (RDA e ISBD); 5) Origem do código RDA; 6) Metodologia de ensino do RDA.

Figura 1 – Esquema metodológico da Revisão de Literatura da produção científica sobre o RDA (1996-2025)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A partir da categoria “Aplicação do código” foi identificado as vantagens, as desvantagens e os desafios na adoção do RDA, permitindo uma visão mais precisa sobre seus efeitos práticos e os obstáculos a serem enfrentados na catalogação de acervos em bibliotecas e unidades de informação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

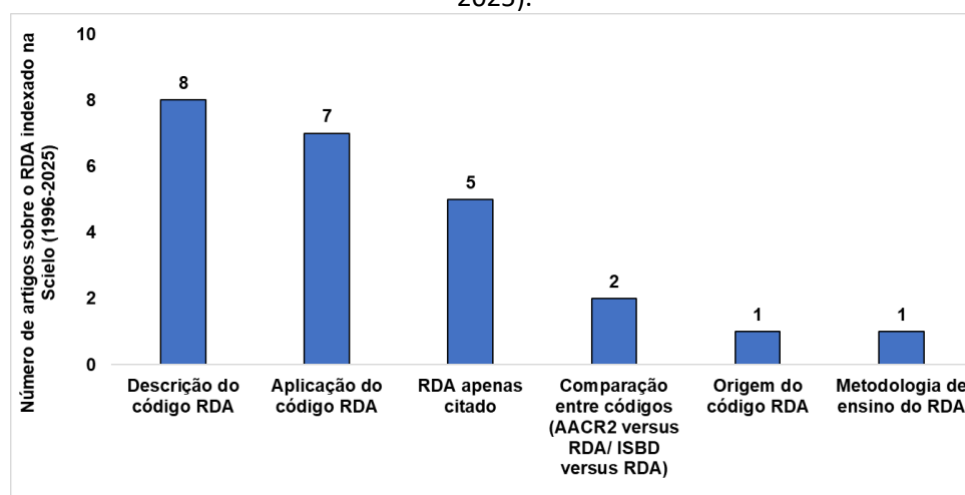
Os resultados foram organizados em duas seções: 4.1) Panorama da produção científica sobre o RDA e suas abordagens; 4.2) O RDA e seus processos de implementação: vantagens, desvantagens e desafios.

4.1 PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O RDA E SUAS ABORDAGENS

Foram recuperados 24 artigos na *SciELO* sobre o RDA no período de 1996-2025. Após análise, os artigos indexados foram classificados em seis abordagens, Gráfico 1 e Quadro 1.

A categoria “Descrição do código RDA” reuniu oito artigos. Essa categoria reflete a necessidade de contextualizar o código como ferramenta teórico-metodológica – seja de maneira detalhada ou introdutória – dentro do campo da organização e representação da informação.

Gráfico 2 – Categorias de como o RDA é tratado nas produções científicas no *SciELO* (1996-2025).



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A categoria “Aplicação do código RDA” concentra sete publicações (sete artigos), evidenciando o interesse da comunidade científica em analisar experiências práticas na utilização do RDA em bibliotecas e unidades de informação. O fato de a maior parte dos trabalhos estar voltada para a utilização prática do código indica que a literatura está mais preocupada em relatar experiências, testar possibilidades e apresentar casos concretos de implementação do que em aprofundar dimensões críticas ou comparativas. Isso sugere que o RDA ainda se encontra em um processo de consolidação no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação local, onde a aplicação prática precede o desenvolvimento de análises mais amplas.

A categoria “RDA foi apenas citado no periódico”, com cinco artigos, mostra que parte da produção científica ainda menciona o RDA como apoio ou referência em discussões mais amplas. Isso sugere que, embora seja reconhecido, o código nem sempre constitui o foco central das pesquisas.

Já as categorias “Comparação entre códigos (RDA versus ISBD e ABNT versus RDA)” são dois artigos, “Origem do código RDA” e “Metodologia de ensino do RDA” apresentam apenas um artigo cada, evidenciando áreas ainda pouco exploradas na literatura. A escassez de

trabalhos sobre a “Origem do código RDA” e “Comparação entre códigos” também mostra uma tendência dos pesquisadores em olhar mais para a atualidade, do que para o seu surgimento ou para as alternativas possíveis. Da análise dos 24 artigos (Quadro 1) nenhum deles se dedica a reconstruir a trajetória que levou do AACR2 ao RDA e somente um artigo faz uma breve comparação do AACR2 e RDA na designação geral de material (DGM), na aplicação do RDA.

Quadro 1 – Descrição de como o RDA é abordado nas produções científicas indexadas na *SciELO* (1996-2025).

| ID | Ano | Autores | Título | Como o RDA é abordado produções científicas |
|----|------|---|---|---|
| 1 | 2023 | Cavalheiro, Karen Cristina Soares; Arakaki, Felipe Augusto | Resource Description and Access (RDA): as diretrizes antes e depois do Projeto 3R. | Descrição do código RDA. |
| 2 | 2022 | Hernández Sánchez, Nallely | Los catálogos de autoridad de nombres personales: propósitos y metadatos. | Aplicação do código RDA. |
| 3 | 2022 | Rodríguez Calvo, Desiree; Briceño Álvarez, Iria | Metodología didáctica para la enseñanza de creación de catálogos de autoridad de autor en los cursos de catalogación de la Escuela de Bibliotecología y Ciencias de la Información de la Universidad de Costa Rica. | Metodologia de ensino do RDA |
| 4 | 2021 | Salta, Gerardo | La implementación de RDA en la Argentina. Implicancias en las prácticas de organización de la información seguidas por las bibliotecas. | Aplicação do código RDA. |
| 5 | 2021 | Holanda, Paulo Marcelo Carvalho; Lourenço, Cíntia de Azevedo | Treinamento e implementação da RDA olhares e perspectivas. | Descrição do código RDA. |
| 6 | 2020 | Cerrão, Natalia Gallo; Castro, Fabiano Ferreira de | Aplicaciones de metadados baseadas em FRBR e RDA em repositórios institucionais digitais: uma revisão sistemática da literatura. | Origem do código RDA. |
| 7 | 2017 | Quiroz Ubierna, Angela | Implementación de las RDA en Chile: pasado, presente y futuro. | Aplicação do código RDA. |
| 8 | 2017 | Martínez Arellano, Filiberto Felipe; Santana Chavarría, Evelia; de la Rosa Valgañón, Patricia | Implementación de las RDA en la Universidad Nacional Autónoma de México. | Aplicação do código RDA. |
| 9 | 2017 | Assumpção, Fabrício Silva; Santos, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; Zafalon, Zaira Regina. | O controle de autoridade no domínio bibliográfico: os catálogos digitais. | RDA foi apenas citado no periódico. |
| 10 | 2017 | Tuso González, Fabio Ernesto | Prueba piloto de implementación del estándar de catalogación RDA en Colombia. | Aplicação do código RDA. |
| 11 | 2016 | Castro, Fabiano Ferreira de | Functional requirements for bibliographic description in digital environments. | RDA foi apenas citado no periódico. |
| 12 | 2016 | Salta, Gerardo. | Las contiendas alrededor de la configuración y el ordenamiento en RDA: las discusiones y deliberaciones sobre los borradores publicados entre 2004 y 2008. | Aplicação do código RDA. |
| 13 | 2016 | Escolano Rodríguez, Elena | RDA e ISBD: historia de una relación. | Comparação entre códigos (RDA versus ISBD) |
| 14 | 2015 | Bianchini, Carlo; Guerrini, Mauro | RDA: Resource Description and Access: El nuevo estándar de metadatos y descubrimiento de recursos en la era digital. | Descrição do código RDA. |
| 15 | 2015 | Assumpção, Fabrício Silva; Santos, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa | Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os Formatos MARC 21. | RDA foi apenas citado no periódico. |
| 16 | 2012 | Catarino, Maria Elisabete; Souza, Terezinha Batista de | A representação descritiva no contexto da web semântica. | RDA foi apenas citado no periódico. |

| | | | | |
|----|------|---|--|---|
| 17 | 2012 | Rodríguez García, Ariel Alejandro | Claves para la implementación de los lineamientos recursos, descripción y acceso. | Descrição do código RDA. |
| 18 | 2012 | Picco Gómez, Paola Andrea. | El cambio en la designación general de material [DGM] de las AACR a las RDA: definición de los atributos tipo de contenido, tipo de medio y tipo de soporte. | Comparação entre códigos (AACR2 versus RDA) |
| 19 | 2009 | Rodríguez García, Ariel Alejandro. | Los objetos bibliográficos confirmados en la integración compleja de la descripción y acceso a recursos. | Descrição do código RDA. |
| 20 | 2007 | Picco Gómez, Paola Andrea. | RDA: el alcance internacional del nuevo Código de Catalogación. | Descrição do código RDA. |
| 21 | 2025 | Santos, Raimunda Fernandes. | Tendências emergentes no campo da catalogação: um olhar sobre a produção científica nacional. | Descrição do código RDA. |
| 22 | 2025 | Xaba, Sihle Golden; Shongwe, Mzwandile. | Implementation of resource description and access in the Gauteng Province, South Africa. | Aplicação do código RDA. |
| 23 | 2025 | Rodrigues, Marcia Carvalho. | Normas para a catalogação de livros raros: evolução histórica e perspectivas atuais a partir do surgimento do RDA. | Descrição do código RDA. |
| 24 | 2025 | Oliveira, Leonardo Silva; Castro, Fabiano Ferreira de; Silva, Márcia Regina da. | Panorama da produção científica sobre o controle de autoridade no contexto do Linked Data: um mapeamento sistemático e bibliométrico em periódicos da Ciência da Informação. | RDA foi apenas citado no periódico. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

4.2 O RDA E SEUS PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO (VANTAGENS, DESVANTAGENS E DESAFIOS)

A seguir, buscou-se analisar, de forma mais aprofundada, os seis artigos na categoria “Aplicação do código”, a fim de identificar como o RDA vem sendo implementado na prática.

Hernández Sánchez (2022) apresentou a evolução do catálogo de autoridades de nomes pessoais, destacando a importância da organização da informação em um cenário cada vez mais complexo. A autora explora os propósitos e metadados dos catálogos, a sua evolução histórica e as mudanças que os diferentes padrões de normalização trouxeram para os catálogos. Um dos pontos principais abordados é a evolução dos propósitos dos catálogos, e a mudança que essa evolução trouxe, de uma perspectiva organizacional para uma informativa, além da identificação das três etapas que ocorreu no desenvolvimento dessa perspectiva, além da contribuição que essa evolução trouxe para os catálogos de autoridades. Para a compreensão da análise dos metadados e dos padrões de normalização, o estudo apresentou uma revisão desses padrões, como GARE, GARR, AACR, FRAD e RDA. Porém, essa análise poderia ser ampliada para abordar a eficácia desses padrões na prática, como, por exemplo, os desafios que os profissionais enfrentam ao aplicá-los. Essa pesquisa oferece uma compreensão da evolução dos catálogos, a partir da evolução dos padrões de normalização. Porém, é válido um aprofundamento da análise, considerando os desafios de implementação e suas implicações práticas.

O artigo Salta (2021) aborda a adoção do padrão de catalogação RDA na Argentina e analisa as mudanças que isso significa para as práticas de organização da informação dentro das bibliotecas. A mudança do AACR2 para o RDA é descrita como um momento de ‘adaptação’ para um modelo mais flexível que pode responder aos requisitos das tecnologias de informação contemporâneas. O RDA baseia-se nos modelos conceituais FRBR e LRM, com uma busca para atender aos recursos digitais, bem como analógicos. Há oito etapas que este estudo identificou e utilizou para implementar o RDA: familiarização com o padrão e modelos, treinamento, desenvolvimento de políticas de catalogação, definição de uma data de implementação, disseminação para funcionários e usuários, hibridização de metadados, importação e exportação de metadados bibliográficos, aplicação a registros de autoridade no final. Cada etapa é explicada com desafios e oportunidades, como as barreiras linguísticas (a maioria dos recursos está em inglês) e adaptação de políticas a um contexto local. A hibridização de elementos do

AACR2 e RDA é vista como um caminho prudente a seguir na busca por confortos econômicos e de recursos humanos.

O estudo de Salta (2021) apresenta avanços e desafios muito reais envolvidos na implementação de um regime de padrão de catalogação específico. Um ponto positivo é uma abordagem passo a passo: familiarizar-se e colocar registros de autoridade em prática. Dessa forma, fica claro quais são as necessidades e os desafios exatos em cada fase de implementação, mostrando a necessidade de uma política específica ao contexto no nível local e treinamento contínuo para profissionais. Uma conclusão que o estudo traz é que a ideia de hibridização de metadados por meio do casamento de elementos do RDA e do AACR2 é uma solução prática recomendada que se harmoniza bem com as restrições de recursos exibidas por muitas bibliotecas. Isso reflete a preocupação prática em facilitar a transição gradual do padrão existente para um novo. Outro desafio levantado é o domínio de recursos de treinamento e materiais de referência em inglês, o que acrescenta obstáculos para muitos profissionais na Argentina. O texto enfatiza a necessidade de traduzir e contextualizar esses materiais, mas não fornece estratégias concretas para evitar a limitação que teria enriquecido a discussão. A pesquisa é valiosa para situar a experiência argentina no contexto global, reconhecendo tanto as particularidades locais quanto as tendências internacionais.

Já o artigo de Quiroz Ubierna (2017) analisou a implementação do RDA no Chile realçando a importância do tema para o progresso do controle bibliográfico no país e as interações entre as instituições. O estudo mostra uma visão geral das ações lideradas pela Biblioteca Nacional do Chile e pelo Grupo de Interesse RDA Chile (GIRCH), notando o entusiasmo no começo e a queda depois na cooperação nacional por fatores como o fim do GIRCH em 2014 e a falta de uma direção constante. Um dos pontos fortes da pesquisa é a explicação clara das experiências locais, como as realizadas pela Biblioteca do Congresso Nacional de Chile e o Sistema de Bibliotecas da Universidade de Concepción, que mostram avanços na adoção do padrão RDA.

O artigo de Martínez Arellano *et al.* (2017) destacou os desafios e impactos da mudança nos processos de catalogação. A pesquisa revela um esforço relevante na adaptação das práticas bibliográficas aos novos padrões, e tal adaptação dos novos padrões de catalogação representa um desafio para as bibliotecas universitárias. A transição, segundo Martínez Arellano *et al.*, (2017), é complexa, mas também coloca em perspectiva a importância da colaboração interinstitucional na implementação do RDA.

O estudo de Martínez Arellano *et al.* (2017) traz a implementação do código na prática e da participação da Biblioteca em programas de cooperação sobre o RDA, como o programa cooperativo NACO, para o qual contribuiu com registros de autoridade de nomes pessoais. A Biblioteca Nacional de México participou ativamente em programas de cooperação, como o NACO, contribuindo com registros de autoridade de nomes. Além disso, a biblioteca esteve envolvida em eventos acadêmicos que discutiram tendências de catalogação e promoveram a troca de experiências entre bibliotecas da América Latina e outros países. O apoio das autoridades da instituição foi fundamental para a implementação de novas práticas de catalogação e controle de autoridades. Além disso, a Biblioteca Nacional de México tem contribuído para a catalogação e controle de autoridades por meio da elaboração de registros bibliográficos dos materiais que ingressam via Depósito Legal, compra e doação. Além disso, disponibilizam seus catálogos de autoridade para consulta pública, facilitando o acesso a informações e promovendo a padronização bibliográfica.

A implantação do RDA resultou em um aumento significativo no tempo de trabalho devido ao controle de autoridades, exigindo maior investimento de tempo e recursos tecnológicos. Além disso, promoveu um trabalho mais profissional e a necessidade de atualização contínua do pessoal, com a implementação de políticas e procedimentos de catalogação. A mudança também trouxe uma nova terminologia e a necessidade de registrar informações de forma mais precisa, sem abreviações.

Martinez Arellano *et al.* (2017) comentam que atualização e capacitação do pessoal são fundamentais para garantir a aplicação correta das normas de catalogação, como o RDA, e para a utilização eficaz das ferramentas tecnológicas disponíveis. Isso resulta em maior consistência e uniformidade nos registros bibliográficos, além de facilitar a recuperação de informações. A formação contínua também assegura que os profissionais estejam aptos a lidar com as novas demandas e tendências na organização da informação.

A relevância da importância da formação contínua para superar essas dificuldades, evidencia que a qualificação dos profissionais é um fator determinante para assegurar a qualidade e a consistência dos dados catalográficos, em conformidade com as novas normas.

A implementação do RDA é um grande salto para a organização e acesso à informação. Através da adoção do RDA, torna-se viável a produção de registros bibliográficos mais padronizados e ricos em dados: isso atua como um facilitador para a interoperabilidade entre diferentes sistemas e plataformas. E seja essa padronização quem beneficia os usuários, aproveitará uma busca mais precisa e identificação de relações de trabalho complexas. Além disso, o RDA disponibiliza ferramentas através de seu conjunto funcional que possibilitam a criação de registros bibliográficos mais alinhados às necessidades do usuário.

No entanto, a pesquisa de Martinez Arellano *et al.* (2017) revela que a transição para as novas normas não é isenta de desafios. A pesquisa, ao mesmo tempo em que destaca os benefícios das RDA, chama a atenção para o aumento da complexidade das tarefas de catalogação. Esse cenário evidencia a necessidade de um planejamento cuidadoso da transição, visando conciliar a busca por registros mais completos e precisos com a otimização dos processos e a manutenção da produtividade dos profissionais.

No artigo de Tuso González (2016), o estudo abordou a implementação do padrão RDA no contexto das bibliotecas na América Latina, especificamente na Biblioteca Nacional da Colômbia. Tem como tema principal o aprimoramento das práticas de catalogação e descrição de recursos bibliográficos, de acordo com os avanços tecnológicos. O autor discutiu a implementação do RDA na Colômbia, examinando a relevância das evidências fornecidas na prática biblioteconômica na latino-americana. Destacou sobre a importância do RDA, pois o código adapta-se às necessidades de acesso à informação, e fazendo uma representação clara dos registros bibliográficos.

Tuso González (2016) destaca a importância do RDA, bem como a capacidade do novo padrão de se adaptar ao cenário informacional atual, pois o código se mostra mais flexível para acompanhar as constantes mudanças tecnológicas e os novos formatos de informação que surgem no mercado. Segundo Tuso González (2016), as regras do RDA são elaboradas com o objetivo de atender às demandas dos usuários na busca por informações, priorizando a recuperação de registros relevantes e precisos.

Em compensação, considerando os desafios citados por Tuso González (2016), o mais impactante é a implementação do código que, em sua maioria, os *softwares* bibliográficos não estão preparados para a aplicação do RDA, e que muitos fornecedores desconhecem como implementar as mudanças necessárias, o que representa o obstáculo significativo para a adoção do código, pois torna-os poucos funcionais para suportar os elementos definidos pelo código. O que podemos confirmar a partir da afirmação do autor que comenta que “Nem todo o software bibliográfico está preparado para a mudança e aplicação do padrão RDA”, porém sempre reforça que “[...] as mudanças desenvolvidas pelo RDA na descrição dos registros são favoráveis para os usuários, facilitando a não abreviação de informações e uma melhor recuperação dos registros” (Tuso González, 2016, p. 6, tradução nossa).

Sobre a colaboração e formação, é enfatizado a necessidade de colaboração entre bibliotecários e a indústria de *software* para desenvolver soluções que atendam às exigências do RDA. Conforme a visão de Picco e Ortiz Repiso (2012) a comunidade tecnológica precisa ser conscientizada sobre a importância de criar *softwares* que atendam aos requisitos estabelecidos pelas atuais práticas de catalogação.

Além disso, Tuso González (2016) discutiu a evidente a necessidade de materiais que ajudem nessa nova prática de catalogação, como os manuais relacionados com a criação de registros. Portanto, é fundamental pensar nas dificuldades dos novos profissionais em dominar as nuances do RDA. Sem um guia completo e didático, os desafios na implementação podem atrasar e complicar o processo de transição do AACR2 para o RDA nas bibliotecas brasileiras.

Segundo Tuso González (2016), os resultados da prova piloto, que envolveu 25 unidades de informação, revelaram tanto avanços quanto limitações na aplicação do RDA, como a falta de relações adequadas entre registros e a dificuldade em visualizar informações nos OPACs.

Porém, o ponto principal da implementação é a complexidade das regras do código, como cita Machado e Pereira (2016, p. 359), “[...] implementação do RDA, é necessário elaborar políticas institucionais que considerem as necessidades dos usuários dos catálogos, incluindo nesta categoria também os catalogadores”.

Esse ponto representa um grande desafio para a comunidade bibliotecária, já que a compreensão e a aplicação das regras do RDA exigem um investimento significativo em tempo e recursos para a capacitação, como o Tuso González (2016) enfatiza.

A forma para reduzir essa complexidade é a inclusão do RDA nos currículos dos cursos de biblioteconomia, pois é fundamental para formar profissionais preparados para lidar com as novas demandas da catalogação. Ao introduzir o RDA nos cursos de graduação, os futuros bibliotecários já terão contato com o padrão desde o início de suas carreiras, facilitando a adaptação às novas práticas e minimizando a curva de aprendizado. No entanto, a inclusão do RDA nos currículos exige alguns cuidados como a própria qualificação dos docentes, pois necessitam estar preparados para ministrar as disciplinas relacionadas ao RDA, o que pode exigir a participação em cursos de atualização e a realização de pesquisas na área.

O artigo de Salta (2016), aborda as discussões e controvérsias na elaboração do padrão RDA durante o período de 2004 a 2008, nos debates organizados pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA* (JSC). Utilizando como metodologia as teorias de Pierre Bourdieu, Salta (2016) analisa como as instituições e a comunidade bibliotecária contribuíram para o desenvolvimento do RDA. O texto inicia com o debate e consenso geral sobre a relevância desses modelos conceitual, principalmente o FRBR para estruturar o RDA, porém instituições como a Biblioteca Nacional da Espanha (BNE), destacaram importância de manter elementos do ISBD por sua clareza e tradição. Foi evidenciada resistência entre bibliotecários às mudanças trazidas pelos modelos entidade-relacional, devido à falta de formação específica e ao esforço necessário para adotar novos paradigmas.

Como principais debates conceituais no texto, é sobre os padrões tradicionais em como focaram na descrição detalhada e prescritiva, enquanto o RDA, influenciado pelo FRBR, busca uma abordagem mais relacional e flexível. Além disso, o estudo centra seus debates na incorporação de comunidades não bibliotecárias no desenho do RDA gerou tensões, destacando-se propostas como a criação de versões "lite" e "complete" para diferentes públicos.

Foram apontados problemas como uso excessivo de jargões, redundâncias nas diretrizes, falta de clareza em inglês e estrutura complexa, dificultando sua adoção.

Adiciona que não utiliza um inglês simples e compreensível internacionalmente em suas instruções, junto com a presença de definições circulares e jargão terminológico que não é devidamente esclarecido (Tillett, 2006a *apud* Salta, 2016, p. 19).

A pesquisa de Salta (2016) conclui que, tanto nos debates internacionais quanto entre os profissionais entrevistados, há uma inclinação para o uso de modelos conceituais como o FRBR no design do RDA. Porém, algumas instituições vêem a importância histórica do ISBD, mas seu papel foi deixado de lado em prol de formas mais ativas e o RDA mostra uma mudança para o tecnológico e global, mas tem grandes desafios em termos de treinamento profissional e adoção ampla.

O artigo de Xaba e Shongwe (2025) analisa a transição do AACR2 para o RDA no contexto das bibliotecas da província de Gauteng, na África do Sul, evidenciando que essa mudança é impulsionada sobretudo pelos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Embora o RDA represente um avanço teórico e prático, sua implementação mostra-se desigual e marcada por desafios estruturais, especialmente nas bibliotecas públicas da província. O estudo demonstra que fatores como limitações de infraestrutura de Tecnologia em Informática (TI), recursos financeiros escassos e capacitação insuficiente atrasam a adoção do RDA, demonstrando que o código RDA, mesmo sendo uma inovação normativa, não garante transformação efetiva sem suporte institucional adequado.

4.2.1 Discussão sobre a implementação do código RDA

A literatura analisada sobre a aplicação do código revelou que a transição do AACR2 para o RDA se fundamenta na necessidade de superar limitações estruturais e ampliar a adequação da catalogação no cenário digital. O RDA utiliza os modelos entidade-relação dos modelos conceituais e estabelece uma lógica que descreve as ligações entre as obras, as expressões, as formas e os itens. Essa mudança, embora reconhecida como positiva, também é apontada como um dos principais desafios, visto que exige dos catalogadores a compreensão de novos conceitos e modelos teóricos, além de atualização constante.

Os resultados mostraram que a implementação do RDA depende de esforços institucionais que incluem planejamento, revisão de políticas catalográficas, investimentos em sistemas e capacitação contínua. Outro ponto recorrente na literatura é a dificuldade de adaptação dos sistemas informatizados. Muitos sistemas não estão preparados para receber os relacionamentos entre entidades, o que limita o potencial do código.

Por outro lado, as vantagens do RDA são reconhecidas, entre elas, a possibilidade de maior precisão descritiva, a integração com a *web* semântica e o uso de vocabulários controlados que favorecem a consistência terminológica são aspectos apontados como avanços significativos.

De modo geral, a implementação do RDA é um processo gradual e dependente de decisões estratégicas das instituições, bem como de investimentos em formação e tecnologia. A literatura converge ao afirmar que, embora o código represente um avanço inegável, sua adoção plena ainda é um desafio, especialmente em contextos com restrições de recursos.

A partir da literatura analisada, se pode observar que há três grandes eixos temáticos: “Debates conceituais e epistemológicos”, mostrando a transição do AACR2 para o RDA, refletindo sobre as mudanças de representar a informação. “Estudos de caso sobre implementação do RDA” em diferentes instituições, mostrando a complexidade do processo de transição para o novo código. E as “Aplicações técnicas e tecnológicas” que evidenciam que a implementação do RDA depende diretamente da capacidade dos sistemas de informação em aceitar a descrição baseada em entidades e relacionamentos.

Além disso, a tendência está nos aspectos práticos e descritivos do RDA, mas ainda carece de aprofundamento em dimensões comparativas, históricas e pedagógicas, o que abre possibilidades para novos olhares. As áreas menos exploradas – ensino, origem e comparação – representam oportunidades relevantes para futuras investigações, especialmente aquelas que pretendem contribuir para a formação de profissionais, o debate crítico sobre normas de catalogação e a compreensão histórica da evolução dos códigos. Assim, o conjunto dos dados não apenas reflete o que já foi produzido, mas também sinaliza caminhos para pesquisas futuras que possam ampliar a compreensão sobre os impactos e desafios do RDA na organização da informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica da catalogação demonstra que sua consolidação é resultado de um processo contínuo de adaptação e aperfeiçoamento, caracterizado pela busca constante por maior eficiência na representação e recuperação da informação. Durante a maior parte do

século XX, códigos clássicos como o AACR2 e o ISBD foram fundamentais para a organização dos registros bibliográficos. No entanto, no século XXI, tornaram-se inadequados em face da complexidade da informação e das demandas tecnológicas.

Nesse cenário, o surgimento do RDA representa um marco de transição importante, ao apresentar um modelo mais flexível, relacional e compatível com a *web* semântica. A análise das publicações científicas revelou que a implementação do RDA, embora reconhecida como necessária, ainda enfrenta desafios importantes, como a atualização de sistemas, a compreensão do modelo entidade–relação, a necessidade de capacitação e a coexistência entre normas antigas e novas. Em contrapartida, os benefícios apontados — como maior precisão descritiva, interoperabilidade e melhoria nos processos de organização da informação — evidenciam o potencial revolucionário do novo código.

Considera-se que a catalogação continua sendo um campo em permanente transformação, que harmoniza tradição e inovação para suprir as necessidades de um contexto informacional cada vez mais dinâmico. Simultaneamente, nota-se que a literatura ainda necessita de estudos mais aprofundados nos âmbitos histórico, pedagógico e comparativo. Isso indica a necessidade de mais pesquisas para expandir o entendimento sobre os efeitos, obstáculos e oportunidades do RDA na prática bibliotecária atual.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, F. S; SANTOS, P. L. V. A. da C; ZAFALON, Z. R. O controle de autoridade no domínio bibliográfico: os catálogos digitais. **Biblios Journal of Librarianship and Information Science**, Lima, n. 68, p. 21–33, 2018. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/biblios/article/view/342>. Acesso em: 24 jan. 2026.

ASSUMPÇÃO, F. S; SANTOS, P. L. V. A. DA C. Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os Formatos MARC 21. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 20, n. 1, p. 54–74, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/W8zNQzdJvdVDhRqXxS3Vksj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BIANCHINI, C.; GUERRINI, M. RDA: Resource Description and Access: El nuevo estándar de metadatos y descubrimiento de recursos en la era digital. **Información, Cultura y Sociedad**, Argentina, n. 33, p. 97-104, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1851-17402015000200008&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em 24 jan. 2026.

CASTRO, F. F. Functional requirements for bibliographic description in digital environments. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 223–231, maio 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/y8HPrW8FhJYXGCN6MPMCyXj/?format=html&lang=en>. Acesso em: 24 jan. 2026.

CATARINO, M. E; SOUZA, T. B. De. A representação descritiva no contexto da web semântica. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 77–90, abr. 2012. Disponível: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/LNXBFHmzhdhTKkswBqry58R/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2026.

CAVALHEIRO, K. C. S.; ARAKAKI, F. A. Resource Description and Access (RDA): as diretrizes antes e depois do Projeto 3R. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. e–129637, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/emquestao/a/stLJdBD46mKFLT6q4nTX7m/?format=html&lang=p>. Acesso em: 22 out. 2025.

CERRÃO, N. G.; CASTRO, F. F. De. Aplicações de metadados baseadas em FRBR e RDA em repositórios institucionais digitais: uma revisão sistemática da literatura. **Transinformação**, Campinas, v. 32, p. e190080, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/jwdGWMncgQLpJFXWLMg485g/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2026.

ESCOLANO RODRIGUEZ, E. RDA e ISBD: historia de una relación. **Información, Cultura y Sociedad**, Argentina, n. 35, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/347252>. Acesso em: 24 jan. 2026.

GALVÃO, M. C. B; RICARTE, I. L. M. Revisão Sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, set.2019/fev. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 27 set. 2025.

GOMEZ, P. A. P. El cambio en la designación general de material (DGM) de las AACR a las RDA: definición de los atributos tipo de contenido, tipo de medio y tipo de soporte. **Palabra Clave**, Argentina, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/61270>. Acesso em 24 jan. 2026.

GORMAN, M; ODDY, P. The Anglo-American Cataloguing Rules Second Edition: their history and principles. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE PRINCIPLES AND FUTURE DEVELOPMENT OF AACR, Toronto, Canadá, 1997. Disponível em: http://epe.lacbac.gc.ca/100/200/300/jsc_aacr/aacr_sec/r-aacr2e.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

HERNANDEZ SANCHEZ, N. Los catálogos de autoridad de nombres personales: propósitos y metadatos. **Investig. bibl**, México, v. 36, n. 92, p. 193-211, 2022. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2022000300193&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 22 out. 2025.

HOLANDA, P. M. C; LOURENÇO, C. de A. O treinamento e implementação da RDA: olhares e perspectivas. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 19, n. e021016, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8666140>. Acesso em: 22 jan. 2026.

MACHADO, R. B. **Aplicação do Resource Description and Access (RDA):** Exemplos práticos para teses e dissertações. Rio de Janeiro: Interciência, 2020.

MARTÍNEZ ARELLANO, F. F; SANTANA CHAVARRIA, E; LA ROSA VALGANON, M. P. Implementación de las rda en la universidad nacional autónoma de méxico. **Palabra Clave**, Argentina, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/65065>. Acesso em: 22 jan. 2026.

MARTINHO, N. O. **A dimensão teórica e metodológica da catalogação de assunto**. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93670>. Acesso em 25 out. 2025.

MEY, E. S. A. **Introdução à Catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E. S. A; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

OLIVEIRA, L. S; CASTRO, F. F. de; SILVA, M. R. da. Panorama da produção científica sobre o controle de autoridade no contexto do Linked Data: um mapeamento sistemático e bibliométrico em periódicos da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, 2025. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/142499>. Acesso em: 24 jan. 2026.

OLIVER, C. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

PICCO GÓMEZ, P. A. RDA: el alcance internacional del nuevo código de catalogación. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 3, 2007. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6281>. Acesso em: 24 jan. 2026.

QUIROZ UBIERNA, A. Implementación de las RDA en Chile: pasado, presente y futuro. **Palabra Clave**, Argentina, v. 6, n. 2, p. e017, 2017. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe017>. Acesso em: 28 jul. 2024.

RIBEIRO, A. M. C. M. **RDA, recurso descrição e acesso versus AACR2, código de catalogação anglo-americano: um estudo comparativo**. 2ed. Brasília: Ed. Três em Um, 2018.

RODRIGUES, M. C. Normas para a catalogação de livros raros: evolução histórica e perspectivas atuais a partir do surgimento do RDA. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 30, p. e55659, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/GQDsrLkx79kb4MVjr8nm3Vp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2026.

RODRÍGUEZ CALVO, D. Y; BRICEÑO ÁLVAREZ, I. Metodología didáctica para la enseñanza de creación de catálogos de autoridad de autor en los cursos de catalogación de la Escuela de Bibliotecología y Ciencias de la Información de la Universidad de Costa Rica. **e-Ciencias de la Información**, Costa Rica, v. 12, n. 2 (julio-diciembre), 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8527818>. Acesso em 22 jan. 2026.

RODRÍGUEZ GARCÍA, A. A. Claves para la implementación de los lineamientos recursos, descripción y acceso. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, México, v. 26, n. 56, p. 159–179, 2012. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/33177>. Acesso em: 24 jan. 2026.

RODRÍGUEZ GARCÍA, A. A. Los objetos bibliográficos confirmados en la integración compleja de la descripción y acceso a recursos. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, México, v. 23, n. 48, 2010. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/16969>. Acesso em: 24 jan. 2026.

SALTA, G. Las contiendas alrededor de la configuración y el ordenamiento en RDA: las discusiones y deliberaciones sobre los borradores publicados entre 2004 y 2008. **Información, Cultura y Sociedad**, Argentina, n. 35, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5985063>. Acesso em 24 jan. 2026.

SALTA, G. La implementación de RDA en la Argentina. implicancias en las prácticas de organización de la información seguidas por las bibliotecas. **Información, Cultura y Sociedad**, Argentina, v. 45, p.15-32, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=263069015003>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SANTOS, Raimunda Fernanda. Tendências emergentes no campo da catalogação: um olhar sobre a produção científica nacional. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da**

Informação, Campinas, v. 23, p. e025026, 2025. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8679582>. Acesso em: 24 jan. 2026.

SHINTAKU, M; FREITAS, P. T. de. Desafios na adoção do padrão *Resource Description and Access* (RDA) pelas bibliotecas pertencentes às Pontifícias Universidades Católicas brasileiras. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 22., Florianópolis, 2022. v. 1, n. 1, p. 1–9. **Anais...** Disponível em: <https://portal.febab.org.br/snbu2023/article/view/2751>. Acesso em: 24 out. 2025.

TUSO GONZALEZ, F. E. Prueba piloto de implementación del estándar de catalogación RDA en colombia. **Palabra Clave**, Argentina, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/v/65015>. Acesso em: 24 jan. 2026.

XABA, S. G; SHONGWE, M. Implementation of resource description and access in the Gauteng Province, South Africa. **South African Journal of Libraries and Information Science**, Pretória, v. 91, n. 2, p.1-10, 2025. Disponível em:
https://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2304-82632025000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jan. 2026.